

## **EXTENSÃO POPULAR: PERSPECTIVA ÉTICA, EPISTEMOLÓGICA E POLÍTICA**

Uma das características da academia brasileira é o seu tripé de sustentação: ensino, pesquisa e extensão. É verdade que historicamente a pesquisa e, principalmente, a extensão não receberam a devida atenção. Nos últimos anos, isso estava mudando a partir de uma política pública voltada para o fortalecimento da pesquisa e da extensão com incentivos e disponibilidade de bolsas para os participantes. O momento atual, entretanto, é de retrocesso e de crise, pois os recursos para projetos e bolsas diminuíram drasticamente nos últimos cinco anos e, mais recentemente, está configurando-se em uma espécie de boicote à ciência e à academia, principalmente, às ciências humanas e outras que também realizam a reflexão crítica e buscam a transformação da ordem vigente, a qual é historicamente estruturada na desigualdade e na injustiça social. Contudo, a maioria da academia percebeu o potencial e está habituada a desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma inter-relacionada e, em parceria com os movimentos sociais, vai resistindo e avançando no desenvolvimento da extensão.

Na perspectiva do Dossiê Extensão Popular, não se trata de qualquer extensão, mas da extensão popular que se pretende fortalecer em seus aportes teóricos e práticos. A extensão fundamentada nos princípios éticos, epistemológicos e políticos da educação popular. Conforme Freire (2021a), um dos principais expoentes da educação popular contemporânea, a ética que deve orientar as ações não pode ser a do mercado neoliberal, mas a do ser humano, ou seja, sem desconsiderar a importância da economia na vida das pessoas, ela deve ser pensada e colocada a serviço da humanidade, da civilidade, do ser mais e não o contrário. A maioria das pessoas são submetidas a pesados fardos para sustentar um sistema que favorece apenas poucos privilegiados, que se beneficiam com a riqueza e a renda produzidas à custa da exploração humana e da natureza de forma insustentável. A extensão popular assume sobretudo a ética de promoção da dignidade humana (FREIRE, 2003).

Epistemologicamente, a educação popular concebe e defende que o conhecimento é produzido na inter-relação dialógica entre sujeitos. Para Freire (2021b), o conhecimento não alcança seu termo no movimento cognitivo realizado pelo sujeito de apreensão do objeto, apesar da importância deste, o conhecimento só se concretiza na comunicação entre sujeitos em torno do sentido do objeto apreendido,

movimento em que este recebe significado e é constantemente ressignificado. Por isso, defende que o conhecimento é uma construção coletiva, pois é realizado em comunhão. Assim, ninguém sabe tudo e ninguém ignora tudo, as pessoas têm conhecimentos diferentes. No diálogo, vão aprendendo um com o outro e o próprio conhecimento vai se transformando e, com isso, a realidade vai sendo transformada e os sujeitos vão se empoderando, ou, para ser mais coerente com o pensamento freiriano, vão se tornando mais gente. Neste sentido, a extensão popular não trata de levar ou aplicar conhecimentos, mas de dialogar e de fazer com a comunidade, valorizando o saber popular e promovendo a iniciativa e a autonomia dos participantes.

Politicamente, a educação popular assume a não neutralidade da ação humana e, principalmente, a dos atos pedagógicos. Sendo assim, a educação popular tem lado: o lado das causas e dos interesses das classes populares. Segundo Freire (2002), todo(a) educador(a) deveria se perguntar: estou educando a favor de e contra quem? Da mesma forma, as atividades de extensão têm, com mais ou menos consciência, compromisso com um ou outro projeto de sociedade. Na perspectiva da extensão popular, o compromisso político é com a promoção dos sujeitos populares e de seus interesses.

Segundo Melo Neto (2014), a extensão é um trabalho social útil com propósito de mudança de situações vividas. No entanto, ele distingue e destaca a dimensão da extensão popular, que assume uma perspectiva não assistencialista, mas educadora e transformadora. Ele afirma:

O popular, por sua vez, qualifica essa atividade social e estabelece, para além da tradição, uma compreensão superadora da assistência, no sentido de dar coisas materiais às comunidades carentes. É um adjetivo que qualifica a extensão como um processo educativo, cultural e científico, que assume o ponto de vista das classes trabalhadoras e procura constituir outra hegemonia. O popular eleva a extensão como possibilidade de realizar um conhecimento resultante da produção coletiva desse fazer, voltado para o acadêmico e para a organização coletiva dessas gentes desprezadas pelas políticas públicas. (2014, p. 18).

A extensão popular não se propõe a realizar caridade ou assistência e nem substituir a responsabilidade do Estado, mas de contribuir para a organização da comunidade no sentido de acionar políticas públicas, de empreender e de defender e conquistar direitos.

Os artigos publicados neste dossiê retratam concepções e experiências variadas. Nem todos se fundamentam diretamente a partir das principais referências da área, mas o importante é que estejam em conformidade com os princípios da educação e da extensão popular. Eles

tratam de concepção, de marcos históricos e, principalmente, de experiências concretas realizadas preponderantemente na educação e na saúde.

Agradecemos aos autores pela colaboração, ao Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar) pelo incentivo e apoio e à RTE pela oportunidade.

*Prof. Dr. Volmir José Brutscher (UPE)*

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucicléa Teixeira Lins (UFPB)*

***Editores de seção***

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira**. São Paulo: Editora Olho D'água, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 9. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MELO NETO, José Francisco de. Prefácio: extensão popular e a reforma do ensino. In: FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Vivências em comunidades**: outra forma de ensino. 2.ed. João Pessoa: editora da UFPB, 2014.